

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



**PROJETO DE LEI Nº 128/2025.**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.353, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - RPC - NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** A Lei Municipal nº 4.353, de 22 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar – RPC no âmbito do Município de São Sebastião do Caí e dá Outras Providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º.....

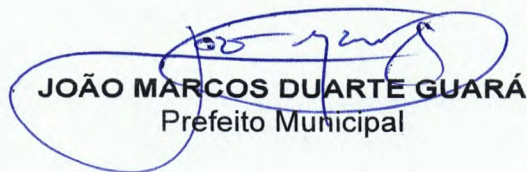
§ 1º É facultado ao servidor referido no *caput* manifestar, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da posse, a recusa em ser inscrito no plano de benefícios, sendo que sua inércia implicará em inscrição automática, reconhecida como aceitação tácita.”(NR).

“Art. 6º.....

I - até o dia 20 de dezembro de 2027, na hipótese de sua remuneração, ser superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; ou  
II - no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados do primeiro dia da competência subsequente àquele em que sua remuneração exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. ”(NR).

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

  
**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal





## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!


Através do anexo Projeto pretende o Executivo alterar os prazos de manifestação de interesse dos servidores públicos já nomeados antes da vigência da Lei Municipal nº 4.353/2021 à adesão ao Regime de Previdência Complementar por esta instituído.

A alteração de prazos ora pretendida (de sete para duzentos e quarenta dias) decorre de solicitação proveniente do Departamento do Regime de Previdência Complementar (DERPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência Social, que entende, por sua vez, que o lapso temporal inicialmente previsto na legislação municipal é demasiadamente curto para que o servidor efetivo, já integrante do serviço público por ocasião da lei que instituiu o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município, possa analisar e manifestar seu interesse em aderir a ele.

Cabe referir que o não atendimento da solicitação implica na impossibilidade de emissão da Certidão de Regularidade Previdenciária, documento necessário para que o Município firme convênios e outras pactuações.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos, **EM REGIME DE URGÊNCIA**, considerando a necessidade, como dito alhures, da regularidade previdenciária do ente municipal, situação materializada a partir da obtenção da competente certidão.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

  
**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal